

Concurso de Estagiários 2020 – Justiça Federal

Gabarito da prova do dia 13/09/2020

Observem que as questões e as alternativas foram apresentadas a cada candidato de forma aleatória pela plataforma ClassMarker. Assim, embora neste gabarito conste, por exemplo, como correta a opção “A” para uma questão, aquela alternativa pode ter sido a opção “C” na sua prova.

(Questão 1) A petição inicial narra que o autor comprou um apartamento de uma construtora. O imóvel já estava pronto para entrega e custava R\$200 mil, mas o autor só dispunha de R\$100 mil. Para completar o valor, resolveu pedir um empréstimo (um financiamento imobiliário) na Caixa Econômica Federal, que é o banco onde o autor recebe seu salário. Depois de receber o apartamento, o autor percebeu que havia problemas decorrentes de erros na construção do imóvel, e que custaria cerca de R\$10 mil para repará-los. O autor então formulou pedido de indenização por danos materiais e morais contra a construtora e contra a Caixa Econômica Federal. Nesses casos, o juiz da Vara onde você está estagiando entende que a Caixa é parte ilegítima para figurar no polo passivo desta demanda. Assinale a alternativa que contém uma fundamentação correta para esta decisão e suas consequências processuais:

(A) A Caixa Econômica Federal não tem legitimidade passiva porque o ato ilícito imputado pelo autor foi praticado somente pela construtora; com a exclusão da Caixa da lide, deve haver o declínio de competência para uma Vara Cível da Justiça Estadual de Imperatriz.

(B) A Caixa Econômica Federal não tem legitimidade passiva porque os contratos de financiamento imobiliário não incluem seguro que cubra vícios em construção; com a exclusão da Caixa da lide, deve haver o declínio de competência para uma Vara Cível da Justiça Estadual de Imperatriz.

(C) A Caixa Econômica Federal não tem legitimidade passiva porque a pretensão é dirigida somente contra a construtora; mesmo com a exclusão da Caixa da lide, o processo deve ser mantido na Justiça Federal de Imperatriz.

(D) A Caixa Econômica Federal não tem legitimidade passiva porque a os danos teriam sido causados por conduta exclusiva da construtora; mesmo com a exclusão da Caixa da lide, o processo deve ser mantido na Justiça Federal de Imperatriz.

Correta: A

(Questão 2) A Justiça Federal de Imperatriz é competente para julgar todas as ações seguintes, **exceto**:

(A) O mandado de segurança contra ato do Delegado da Receita Federal de Imperatriz.

(B) A ação que pede indenização a título de reparação civil por dano material contra os Correios pelo extravio de uma encomenda.

(C) A ação ordinária contra o Banco do Brasil requerendo indenização a a título de reparação civil por dano moral em razão de protesto indevido de título de crédito.

(D) A ação anulatória de multa aplicada pelo IBAMA.

Correta: C

(Questão 3) Você está elaborando uma minuta de sentença para uma ação que tramita no Juizado Especial Federal. O autor requereu a implantação de aposentadoria por idade, argumentando que já completou a idade mínima exigida pela legislação e cumpriu a carência. Contudo, o INSS alegou que o autor não formulou requerimento de aposentadoria diretamente no INSS — no jargão técnico-jurídico, costumamos dizer neste caso que “não houve prévio requerimento administrativo”. O juiz entende que a ação não pode prosseguir. Assinale a alternativa que contém a fundamentação correta para esta sentença, bem como a consequência processual.

(A) Não há pretensão resistida, já que não houve negativa de concessão do benefício pelo INSS; a sentença deve julgar extinto o processo sem resolução do mérito por ausência de interesse processual.

(B) O autor não tem necessidade de um provimento jurisdicional, já que não há lide em sentido técnico; a sentença deve julgar extinto o processo com resolução do mérito, já que há uma análise substancial da questão.

(C) O autor não satisfaz um pressuposto formal para a constituição regular do processo; a sentença deve julgar extinto o processo sem resolução do mérito por ausência de legitimidade.

(D) O autor não comprovou que o processo lhe pode ser útil; a sentença deve julgar extinto o processo com resolução do mérito por ausência de interesse processual.

Correta: A

(Questão 4) Um dos mecanismos para suprir uma omissão inconstitucional é o mandado de injunção. A respeito desta ação constitucional, assinale a alternativa que representa corretamente a progressiva mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal, desde a Constituição de 1988, quanto aos limites do provimento jurisdicional que reconhece a omissão de uma lei federal regulando algum direito constitucionalmente previsto.

(A) O STF tem entendimento consolidado de que cabe ao Judiciário apenas o reconhecimento da mora e a notificação do Congresso Nacional para supri-la; apenas recentemente este entendimento foi relativizado para deferir o usufruto do direito às pessoas lesadas pela omissão, e apenas em casos de grave violação ao princípio da dignidade da pessoa humana.

(B) O STF tinha entendimento consolidado de que cabia ao Judiciário apenas o reconhecimento da mora e a notificação do Congresso Nacional para supri-la; desde meados dos anos 2000 este entendimento foi superado diante da grande mora desde a promulgação da Constituição, e a Corte passou a garantir diretamente os direitos vindicados enquanto não sobrevier lei do Congresso Nacional.

(C) O STF tinha entendimento consolidado de que cabia ao Judiciário apenas o reconhecimento da mora e a notificação do Congresso Nacional para supri-la; desde meados dos anos 2000 este entendimento foi superado e a Corte hoje entende que pode no máximo fixar um prazo para que o Congresso Nacional crie a lei regulando o direito.

(D) O STF tinha entendimento consolidado de que cabia ao Judiciário apenas o reconhecimento da mora e a notificação do Congresso Nacional para supri-la; atualmente este entendimento evoluiu e a Corte tem determinado que, caso o Congresso não legisle no prazo fixado, automaticamente ficam garantidos todos os direitos objeto do mandado de injunção, na forma do pedido formulado na inicial.

Correta: B

(Questão 5) Sobre a organização do Poder Judiciário brasileiro, assinale a alternativa **incorreta**:

(A) A Justiça Federal é composta por cinco Tribunais Regionais, com sede em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife.

(B) O conflito de competência entre Juiz Federal e Juiz Estadual é decidido pelo Superior Tribunal de Justiça.

(C) A Justiça do Trabalho faz parte da Justiça Federal.

(D) O Conselho Nacional de Justiça não tem atribuição de controle sobre o Supremo Tribunal Federal.

Correta: C

(Questão 6) O autor da ação requereu a implantação de pensão por morte em razão do falecimento de seu pai. O pai do autor faleceu em 2010, mas o pedido de benefício foi feito no INSS apenas em 2020. Com a negativa do INSS, o autor propôs a ação logo depois. O INSS admite na contestação que o autor tem direito ao benefício, mas alegou que, embora o autor não perca o direito à pensão com o passar do tempo, uma parte das parcelas vencidas prescreveu. Em regra o prazo de prescrição é de cinco anos nos requerimentos contra o INSS. O autor argumentou na réplica que, embora tenha feito o pedido apenas em 2020, nasceu em 2002, e só recentemente completou dezoito anos. Acrescentou que não pode ser penalizado pela inércia de sua mãe, que nunca se interessou em buscar seus direitos. Assinale a fundamentação correta e a conclusão adequada para utilizar na sentença:

(A) Embora a mãe do autor possa ter agido de forma negligente ao não buscar a pensão em favor do filho, não há como relativizar o prazo prescricional de cinco anos, que está previsto em lei; a sentença deve conceder o benefício, mas condenar o INSS ao pagamento das parcelas vencidas apenas nos cinco anos anteriores à propositura da ação.

(B) O autor não pode ser penalizado pela negligência de sua mãe, embora esta tenha sido sua representante legal até bem pouco tempo; a sentença deve conceder o benefício e condenar o INSS ao pagamento das parcelas vencidas desde 2010, relativizando o prazo prescricional de cinco anos.

(C) Nenhuma das parcelas prescreveu porque até 2018 o autor era absolutamente incapaz; a sentença deve conceder o benefício e condenar o INSS ao pagamento das parcelas vencidas desde 2010, porque não houve o transcurso do prazo prescricional.

(D) Conquanto seja possível relativizar o prazo prescricional de cinco anos, o autor não comprovou que esteve absolutamente impedido de formular o requerimento no INSS; a sentença deve conceder o benefício, mas condenar o INSS ao pagamento das parcelas vencidas apenas nos cinco anos anteriores à propositura da ação.

Correta: C

(Questão 7) O autor da ação contratou um financiamento imobiliário com a Caixa Econômica Federal para comprar um apartamento de R\$200 mil em Imperatriz. O

contrato tinha prazo de 30 anos, e a prestação era fixa no valor de R\$500,00. Na época em que o contrato foi firmado, em 1998, a taxa de juros era de 10% ao ano, e o imóvel ficava hipotecado. Em 2018, faltando ainda dez anos para a quitação, o autor procurou a Caixa tentando “refinanciar” seu imóvel, porque as taxas de juros estavam melhores. Acabou fazendo um novo contrato, com prazo de apenas 10 anos e prestações de R\$300,00, mas com algumas mudanças em outras cláusulas. O contrato original foi “extinto” pelo novo contrato. Tudo ia bem até que, em 2020, o autor deixou de pagar algumas parcelas de seu financiamento, e, pelas regras do novo contrato (de 2018), a mora de 3 prestações já é suficiente para que a Caixa “consolide a propriedade” do imóvel para si. O autor propôs ação na Justiça Federal questionando que, no contrato original, de 1998, não havia essa possibilidade de “tomar o imóvel” com apenas 3 parcelas de atraso, e que o novo contrato firmado não poderia prever algo do tipo quando as regras do contrato de 1998 eram bem mais benéficas para si. Com base apenas neste argumento do autor e diante do que o Código Civil dispõe no capítulo do direito das obrigações, assinale a fundamentação correta e a conclusão adequada da sentença.

(A) O contrato de 2018 não pode inovar na relação obrigacional com cláusulas prejudiciais ao autor em relação ao contrato original; a sentença deve julgar o pedido procedente e determinar que a relação obrigacional, neste ponto, continue regida pelo contrato de 1998.

(B) O contrato de 2018 significou uma novação na relação obrigacional entre o autor e a Caixa, com novas regras que substituem as do contrato de 1998, algumas beneficiando o autor e outras reforçando a garantia da instituição financeira; a sentença deve julgar o pedido improcedente.

(C) O contrato de 2018 significou uma novação na relação obrigacional entre o autor e a Caixa, mas as regras de 1998 continuam valendo no que forem mais benéficas ao autor, mesmo que não tenha havido previsão nesse sentido no novo pacto; a sentença deve julgar o pedido procedente e determinar que a relação obrigacional, neste ponto, continue regida pelo contrato de 1998.

(D) Não é possível questionar em juízo cláusulas em abstrato de contratos bancários, apenas quando as cláusulas forem aplicadas e revelarem comportamento abusivo da instituição financeira; a sentença deve julgar o pedido improcedente.

Correta: B

(Questão 8) O réu na ação penal foi denunciado por dois crimes: estelionato (art. 171 do Código Penal) e uso de documento público falsificado (art. 304 combinado

com art. 297 do Código Penal). Os fatos imputados pelo Ministério Público Federal são os seguintes: o réu conseguiu de um terceiro uma certidão de óbito falsa de sua esposa. Apresentou essa certidão ao INSS para obter pensão por morte. Recebeu o benefício por 5 anos, causando um considerável prejuízo aos cofres públicos. O juiz entende que, nesses casos, deve ser aplicada a *consunção*. Com base neste entendimento, assinale a fundamentação correta e a conclusão adequada da decisão de recebimento da denúncia.

(A) O uso de documento público falso é crime-meio em relação ao estelionato, para o qual está dirigido o dolo do agente; a denúncia deve ser parcialmente recebida, apenas com relação à imputação de estelionato.

(B) O uso de documento falso deve prevalecer em relação ao estelionato, pois a pena cominada em abstrato é maior para o primeiro crime do que para o segundo; a denúncia deve ser parcialmente recebida, apenas com relação à imputação de uso de documento público falso.

(C) Como os crimes foram praticados no mesmo contexto causal e estão inter-relacionados, o réu deve responder por ambos com redução proporcional da pena em caso de condenação; a denúncia deve ser recebida normalmente, por ambos os crimes.

(D) O uso de documento público falso deve prevalecer, pois a ação que configura este crime foi praticada primeiro; a denúncia deve ser parcialmente recebida, apenas com relação à imputação de uso de documento público falso.

Correta: A

(Questão 9) O réu na ação penal foi acusado pelo Ministério Público Federal de ter inserido em circulação uma cédula falsa de R\$50,00 ao pagar por um refrigerante em uma loja de conveniências. O réu alegou na resposta à acusação que não sabia que a cédula era falsa, pois a recebera de seu patrão juntamente com outras cédulas a título de adiantamento de salário. Os autos chegaram a você para decisão quanto à absolvição sumária. Supondo que, pela análise da investigação e da resposta à acusação, esteja claro que, de fato, o réu não sabia da falsidade da cédula, assinale a resposta com a fundamentação correta e a conclusão adequada da decisão.

(A) Como não sabia que a cédula era falsa, o réu agiu em erro de tipo, que exclui o dolo; deve ser absolvido sumariamente por ausência de tipicidade.

(B) Como não sabia que a cédula era falsa, o réu agiu em erro de proibição, que exclui a culpabilidade; deve ser absolvido sumariamente pela presença manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente.

(C) Como não sabia que a cédula era falsa, o réu agiu em erro na execução (*aberratio ictus*); deve ser absolvido sumariamente por ausência de tipicidade.

(D): Como não sabia que a cédula era falsa, o réu agiu em erro sobre o objeto (*error in objecto*); deve ser absolvido sumariamente pela existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.

Correta: A

(Questão 10) O réu na ação penal foi acusado de ter utilizado uma carteira de habilitação (CNH) falsa quando foi parado em uma blitz da Polícia Rodoviária Federal. O crime é de uso de documento público falsificado. Durante a instrução da ação penal, foi juntado um laudo da Polícia Federal em que o perito considera que a falsificação é “grosseira”, ou seja, que o documento é muito mal feito e tem poucas chances de enganar alguém de entendimento médio. Nos depoimentos colhidos durante o inquérito consta que os Policiais Rodoviários Federais identificaram a falsidade sem sequer precisar retirar a CNH do plástico, porque ela nem parecia corresponder ao padrão original. O juiz entende que é caso de absolvição. Assinale a alternativa com a fundamentação correta e a conclusão adequada para essa sentença.

(A) A falsificação grosseira caracteriza crime impossível por ineficácia absoluta do meio; o réu deve ser absolvido porque sua conduta é atípica.

(B) A falsificação grosseira caracteriza crime impossível por impropriedade absoluta do objeto; o réu deve ser absolvido porque sua conduta é atípica.

(C) A falsificação grosseira caracteriza hipótese de excludente de ilicitude; o réu deve ser absolvido porque sua conduta não é antijurídica.

(D) A falsificação grosseira caracteriza hipótese de excludente de culpabilidade; o réu deve ser absolvido porque agiu amparado por causa exculpante.

Correta: A

(Questão 11) Leia o trecho do conto a seguir:

"Era uma vez uma agulha, que disse a um novelo de linha:

— Por que está você com esse ar, toda cheia de si, toda enrolada, para fingir que vale alguma coisa neste mundo?

— Deixe-me, senhora.

— Que a deixe? Que a deixe, por quê? Porque lhe digo que está com um ar insuportável? Repito que sim, e falarei sempre que me der na cabeça.

— Que cabeça, senhora? A senhora não é alfinete, é agulha. Agulha não tem cabeça. Que lhe importa o meu ar? Cada qual tem o ar que Deus lhe deu. Importe-se com a sua vida e deixe a dos outros."

Assinale a alternativa correta:

(A) Na segunda fala da agulha utilizou-se corretamente "por quê" na primeira pergunta e "Porque" na segunda.

(B) Na primeira fala da agulha o correto seria "Por quê" em vez de "Por que".

(C) Na segunda fala da agulha o correto seria "porquê" em vez de "por quê".

(D) Estão incorretos o "Por que" da primeira fala da agulha e o "Porque" da segunda.

Correta: A

(Questão 12) Leia o texto a seguir:

"Uma noite, há muitos anos, passeava eu com um amigo no terraço do Teatro de São Pedro de Alcântara. Era entre o segundo e o terceiro ato da peça "A Sentença ou o Tribunal do Júri". Só me ficou o título, e foi justamente o título que nos levou a falar da instituição e de um fato que nunca mais me esqueceu.

— Fui sempre contrário ao júri, — disse-me aquele amigo, — não pela instituição em si, que é liberal, mas porque me repugna condenar alguém, e por aquele preceito do Evangelho; "Não queirais julgar para que não sejais julgados". Não obstante, servi duas vezes. O tribunal era então no antigo Aljube, fim da Rua dos Ourives, princípio da Ladeira da Conceição.

Tal era o meu escrúpulo que, salvo dois, absolvi todos os réus. Com efeito, os crimes não me pareceram provados; um ou dois processos eram mal feitos. O primeiro réu que condenei, era um moço limpo, acusado de haver furtado certa quantia, não grande, antes pequena, com falsificação de um papel. Não negou o fato, nem podia fazê-lo, contestou que lhe coubesse a iniciativa ou inspiração do crime. Alguém, que não citava, foi que lhe lembrou esse modo de acudir a uma necessidade urgente; mas Deus, que via os corações, daria ao criminoso verdadeiro o merecido castigo. Disse isso sem ênfase, triste, a palavra surda, os olhos mortos, com tal palidez que metia pena; o promotor público achou nessa mesma cor do gesto a confissão do crime. Ao contrário, o defensor mostrou que o abatimento e a palidez significavam a lástima da inocência caluniada."

Assinale a alternativa que contém uma interpretação **incorreta** do texto:

(A):O réu admitiu a conduta a ele imputada, mas atribuiu a terceiro o induzimento ou instigação para a prática do crime.

(B) A expressão “cor do gesto” indica que o autor utilizou “palidez” não no sentido literal, mas para caracterizar o estado de abatimento do réu durante o interrogatório.

(C) Para o promotor, a linguagem corporal do réu denunciava sua culpa, enquanto o defensor argumentou que o réu agia assim por se sentir injustiçado.

(D) Embora tenha admitido o crime, o réu considerava que o justo castigo que lhe deveria ser imposto viria da parte de Deus, não do Tribunal do Júri, uma instituição humana.

Correta: D

(Questão 13) Leia o texto a seguir:

"Poucas vezes terei assistido a debate tão brilhante. O discurso do promotor foi curto, mas forte, indignado, com um tom que parecia ódio, e não era. A defesa, além do talento do advogado, tinha a circunstância de ser a estreia dele na tribuna. Parentes, colegas e amigos esperavam o primeiro discurso do rapaz, e não perderam na espera. O discurso foi admirável, e teria salvo o réu, se ele pudesse ser salvo, mas o crime metia-se pelos olhos dentro. O advogado morreu dois anos depois, em 1865. Quem sabe o que se perdeu nele! Eu, acredite, quando vejo morrer um moço de talento, sinto mais que quando morre um velho... Mas vamos ao que ia contando. Houve réplica do promotor e tréplica do defensor. O presidente do tribunal resumiu os debates, e, lidos os quesitos, foram entregues ao presidente do Conselho, que era eu."

Assinale a alternativa que contém uma interpretação **correta** do texto:

(A) Com a frase “Quem sabe o que se perdeu nele” o autor sugere que algum segredo sobre o crime ficará para sempre oculto com a morte precoce do advogado.

(B) O promotor estava indignado com o crime e, embora tenha tentado disfarçar o ódio que nutria pelo réu, o narrador do conto conseguiu perceber seus sentimentos.

(C) Com a expressão “o crime metia-se pelos olhos dentro” o autor sugere que o crime e a culpa do réu eram evidentes.

(D) O advogado fez um discurso muito bom, surpreendendo parentes, colegas e amigos que não esperavam algo de tanta qualidade, por ser sua estreia na tribuna.

Correta: C

(Questão 14)



André Dahmer
Folha de São Paulo, 13/05/2013.

Assinale a alternativa que contém uma interpretação adequada do conteúdo da tirinha:

(A) O debate público na internet é povoado por pessoas que se manifestam de forma hipócrita, que julgam e criticam com rigor mas que não aceitam ser alvo de críticas.

(B) O papel de “réu” é incompatível com o debate público atual nas redes sociais.

(C) As pessoas que são alvo de julgamentos e críticas na internet não fazem parte do mesmo espaço público de debate.

(D) O debate público em redes sociais é um espaço cujo conteúdo crítico passa por critérios bastante rigorosos antes que seja propagado.

Correta: A

(Questão 15) Leia o texto a seguir:

"Logo depois transferiram para o trapiche o depósito dos objetos que o trabalho do dia lhes proporcionava. Estranhas coisas entraram então para o trapiche. Não mais estranhas, porém, que aqueles meninos, moleques de todas as cores e de idades __ mais variadas, desde os 9 aos 16 anos, que __ noite se estendiam pelo assoalho e por debaixo da ponte e dormiam, indiferentes ao vento que circundava o casarão uivando, indiferentes __ chuva que muitas vezes os lavava, mas com os olhos puxados para __ luzes dos navios, com os ouvidos presos __ canções que vinham das embarcações..."

Assinale a alternativa que contém os termos que preenchem corretamente as lacunas acima.

(A) as / à / à / as / às

(B) às / a / à / as / às

(C) as / à / à / às / as

(D) às / a / à / as / as

Correta: A